

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA**

Marcos Donizeti de Souza Silva

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: Legislação e Instituições

Paranaíba/MS

2015

Marcos Donizeti de Souza Silva

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: Legislação e Instituições

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para a obtenção do grau licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Dr. Ademilson Batista Paes

Paranaíba/MS

2015

S581e Silva, Marcos Donizeti de Souza
Ensino secundário no Brasil: Legislação e Instituições. / Marcos Donizeti
de Souza Silva. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2015.
42f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual
de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

1. Ensino secundário. 2. Ginásios. 3. Sul de Mato Grosso. I. Silva,
Marcos Donizeti de Souza. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do
Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 370.9817133

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

MARCOS DONIZETI DE SOUZA SILVA

ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: Legislação e Instituições

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba.

Aprovado em 18/11/2015

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Ademilson Batista Paes (Orientador)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof^a. Me. Eloiza Helena Fratari
Faculdades Integradas de Paranaíba-MS (FIPAR)

Prof^a. Me. Dabel Cristina Maria Salviano
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Dedico este trabalho a minha família, em especial a minha mãe, Alda, que sempre esteve presente durante minha caminhada e sempre me incentivou a continuar e nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Alda Conceição Alves de Souza, que tanto lutou para garantir minha formação, mostrando sempre que mesmo nos momentos mais difíceis e caminhos mais dolorosos, no final a recompensa aguarda aquele que insiste e persiste na vitória.

A minha irmã, Patricia Regina de Souza Silva, que por muitas ocasiões me incentivou a continuar e nunca desistir, e se erguer mesmo que as dificuldades e desânimos queiram nos fazer parar.

Ao meu pai, Valdevir Donizeti da Silva, sem ele por muitas vezes, dificuldades teriam me levado a desistir, e quando estas ocorriam, ele sempre estava disposto a me auxiliar.

Aos meus sobrinhos, Vithor Hugo e Pedro Vithor, que são minha inspiração para querer ensinar e transformar suas vidas e dar oportunidades para que se desenvolvam em completa plenitude.

À UEMS, que proporcionou as bolsas de Extensão e Iniciação Científica. A experiência com estas atividades abriu meus caminhos para que eu pudesse percorrer em busca de novos conhecimentos.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (GEPHEB), que contribuiu de forma significativa para minha formação, e com os encontros proporcionados pelo mesmo foi de grande ajuda para o início deste trabalho.

Aos meus colegas do curso de Pedagogia (UEMS) que sempre me ajudaram, sendo amigos, sendo sinceros, e por mais que brigas nos tirassem o sossego, fizeram com que durante quatro anos uma família fosse criada e jamais esquecida.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Ademilson Batista Paes, pela paciência com que tratou minha orientação e pelos caminhos que apontou no decorrer da pesquisa para que ela se realizasse da melhor forma possível.

Agradeço aos professores desta instituição, (UEMS), que durante os quatro anos realizados neste curso, foram além de seus compromissos enquanto professores e se dispunham a nos ajudar sempre que em algumas ocasiões fossem necessária alguma forma de ajuda.

Agradeço a todos os professores das escolas por onde passei, que fizeram parte de minha vida, e principalmente, de minha história de caminhada em construção de uma formação.

Por fim, agradeço a todos que me fizeram o que sou hoje. A todos os amigos que me ajudaram, também aqueles que pelo caminho desistiram mais que em outras ocasiões me proporcionaram momentos inesquecíveis, contribuindo de todas as formas em meu crescimento.

Toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa o material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação.

E.P. Thompson

RESUMO

O presente trabalho busca por mostrar o funcionamento do ensino secundário pelo Brasil, por fim direcionando o foco para o Sul de Mato Grosso. O ensino secundário em todo o país passou por grandes mudanças no caminho para o desenvolvimento da educação no Brasil, dentre estas etapas vamos relacionar algumas de grande importância como a Reforma Francisco Campos, a Reforma Capanema e a LDB de 1961, sabemos como o ensino em todo o território brasileiro estava de fato relacionado em seus primórdios a formação das elites dominantes, desta forma o presente trabalho buscou uma compreensão de imediato a respeito da constituição do ensino secundário no país. Realizando uma pesquisa bibliográfica a respeito dos Ginásios e Colégios e como se caracterizavam no decorrer das mudanças realizadas para a educação. O aporte teórico selecionado para este trabalho perpassa por quatro estados que serão contemplados, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. O Estado de Mato Grosso do Sul (1977) até então ainda parte do Estado de Mato Grosso, tem suas instituições caracterizadas, mais precisamente aquelas que se localizam na região Sul do Estado. Poderemos assim concluir relacionando o ensino secundário que estava sendo desenvolvido no Sul de Mato Grosso, com a realidade de outras partes do Brasil.

Palavras-chave: Ensino Secundário. Ginásios. Sul de Mato Grosso.

ABSTRACT

This present work tries to show the functioning of secondary teaching in Brazil, finally directing the focus to the South of Mato Grosso. The secondary teaching in the country has undergone many changes in the way for the development of education in Brazil, Among these steps we intend to relate some of great importance as the Francisco Campos Reform, the Capanema Reform and LDB 1961, we know how the teaching in all Brasil territory at the beginning was related in fact by the formation of the dominant elites, that why with this present study sought to understand immediately about the constitution of secondary teaching in the country. Doing a bibliographic search from literature review about Gyms and colleges considering the main characteristics in the course of the changes made in education. The State of south Mato Grosso (1977) is still part of the State of Mato Grosso, has characterized their institutions, especially those that located in the Southern region of the state. We can thus conclude relating secondary education that was being developed in the south of Mato Grosso, with reality in other parts of Brazil.

Key-words: Secondary teaching. Gyms. South of Mato Grosso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL	13
2 OS GINÁSIOS DO BRASIL	20
2.1 Colégio Pedro II	20
2.2 Ginásio Paranaense	23
2.3 Ginásio de Araraquara	26
2.4 Os Ginásios de Santa Catarina	30
3 O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO	33
3.1 O Ginásio Presidente Vargas de Dourados	35
3.2 O Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

O ensino secundário foi uma parte da educação brasileira em que uma parcela da população obteve acesso. Deste modo em 2013 surge o convite realizado pelo Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, para realizar um projeto de iniciação científica, o mesmo intitulado como “Nos tempos da admissão: memórias de ginásianos em Paranaíba (MS)”. Durante pouco menos de um ano foi realizado leituras sobre esta modalidade de ensino, para posteriormente iniciar uma coleta de fontes orais dentre o alunado que seria identificado e assim relatada suas memórias.

A inquietação surgida a partir dos estudos realizados com o projeto de iniciação científica foi o gatilho inicial para o desenvolvimento deste trabalho.

Juntamente com o caminhar desta pesquisa foi proposta a participação ao grupo de estudos GEPHEB (Grupo de Estudos de Pesquisas em História e Historiografia da Educação Brasileira) que me alicerçou de teorias da linha de pesquisa.

A proposta inicial para a realização deste trabalho era a coleta de tais fontes orais e assim relatar suas memórias, no entanto não se tinha nada produzido com relação a instituição em questão “Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes”. Foi assim que a primeira mudança no foco da pesquisa foi ocasionado.

A partir deste momento começou uma busca para descobrir o que foi este Ginásio, como ele funcionou e qual foi seu público.

Tendo em mente que seria discutido neste trabalho o ensino secundário sendo assim divididos em três capítulos. O primeiro proporcionar uma visão do que seria o ensino secundário. A partir do segundo capítulo o foco seriam as instituições que ofertaram esta modalidade de ensino, chegando assim ao terceiro capítulo, que iria tratar de aprofundar um estudo sobre o Ginásio situado no município de Paranaíba.

Complicações foram surgindo no desenvolvimento do trabalho, como a não autorização ao acesso as documentações e posteriormente quando este empecilho se encontrava resolvido me deparei com a falta de documentação referente ao período em que se ofertou no local o ensino secundário, funcionando como o Ginásio Estadual Wladislau Garcia Gomes. Segundo informações obtidas na secretaria da escola, muitos documentos foram queimados devido ao não habito de se guardar por um longo período documentações antigas.

Devido a precariedade de documentações foi então proposta uma nova alteração na produção deste trabalho, chegando assim na configuração atual em que consiste de três capítulos.

No primeiro capítulo busco realizar uma análise sobre o desenvolvimento do ensino secundário, por meio de decretos e leis que regulamentavam esta modalidade do ensino.

No segundo capítulo, apresento uma relação de instituições que foram parte do processo de modernização ocasionado com o passar dos anos, elenco para esta etapa do trabalho, quatro estados, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Paraná. Mostro como cada uma destas instituições tiveram sua parcela de importância no desenvolvimento de suas cidades e como iria se configurando o alunado correspondente a estas localidades.

Para o terceiro capítulo, apresento inicialmente a configuração do estado que possuíamos, lembrando que primeiramente era Mato Grosso sendo dividido somente na década de 1970 em dois estados sendo eles o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O foco deste capítulo é para o Mato Grosso do Sul, ou seja, o Sul de Mato Grosso. Fazendo uma análise sobre duas instituições contempladas pela região proposta, uma situada na cidade de Campo Grande e outra em Dourados.

Observamos como os avanços e os processos de modernização demoraram em serem proporcionados a região sul do estado, um pouco deste atrasado será pela distância e dificuldades de acesso entre esta localidade e a capital de Mato Grosso.

Este trabalho encontra-se vinculado aos pressupostos metodológicos da História Cultural e visa contribuir para a construção da história da escolarização a partir da observação de seus locais de ensino.

1 ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL

O presente capítulo busca por salientar as dúvidas em termos gerais do funcionamento do assim chamado ensino secundário em toda a região compreendida pelo país. Para tal, observamos dentre várias instituições exemplos daquelas que marcaram época e que trouxeram mudanças ao longo do período.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o ensino secundário público teve sua gênese no século XIX, quando o país encontrava-se ainda no regime imperial. Dentre os marcos, considerados significativos daquele período, encontram-se a criação do Colégio Pedro II (1937)¹ e o Liceu de Niterói (1847), destinados a atender os estudantes secundaristas da Corte, representando as primeiras instituições desse cunho, sendo que a segunda se tornou modelar ao longo de sua trajetória, inclusive para a criação de outras similares nas sedes das províncias, como foi o caso do Liceu Cuiabano, instituído na antiga capital mato-grossense. Além dessas, outras também fizeram parte de iniciativas por parte dos governos regionais:

Os Liceus Provinciais, alguns dos quais foram criados antes dele, como o Ateneu do Rio Grande do Norte (1835), os Liceus da Bahia e da Paraíba (ambos de 1836), e mesmo colégios particulares como o Caraça (criado em 1820 pelos missionários da ordem de São Francisco de Paula, fechado depois de alguns anos e reaberto em 1856 pelos lazaristas franceses) e o Ginásio Baiano (que funcionou de 1858 a 1871 e contou com a orientação de Abílio César Borges), apenas para citar alguns exemplos, fazem parte dessa história dos colégios no Brasil (NUNES, 2000, p.40).

Certamente a compreensão dessa etapa de estudos foi considerada, como “[...] um grau ou nível do processo educativo, e, dessa forma, teria ela o significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário” (SILVA, 1969, p. 19).

Ainda no século XIX as diversas modalidades de escolas secundárias (liceus, colégios, ateneus, ginásios), possuíam seus programas (currículo) centralizados, sobretudo, em disciplinas de línguas modernas. Pesquisas recentes desvelam que os conteúdos estavam mais voltados para o conhecimento enciclopédico do que científico, embora houvesse disciplinas da área de exatas como Ciências Físicas, Álgebra, Matemática entre outras. Na esteira do tempo, o Pedro II ou Ginásio Nacional (período

¹ Com o advento da República, passou até 1911 a ser denominado de Ginásio Nacional.

republicano), não deixou de ser referência para certa padronização de seus similares, ou seja, escolas secundaristas.

Os estudos secundários só se configuraram como curso formal, na Primeira República, conforme a elucidação:

A definitiva preparação do curso secundário como curso regular foi realizada pela reforma Rocha Vaz em 1925. Ela foi antecedida por uma primeira proposta elaborada por comissão presidida por Ramiz Galvão e debatida publicamente por instituições e educadores. Sua promulgação definiu seis anos seriados de estudos para o curso secundário com o intuito de oferecer um preparo geral e fundamental para a vida. “Pela primeira vez se oficializava o ensino secundário como prolongamento do ensino primário”. Quem concluíu os estudos de seis anos recebia o diploma de bacharel em ciências e letras. Quem realizava cinco anos de estudos tinha direito a realizar exames vestibulares para qualquer curso superior, suprimidos os exames parcelados de preparatórios. (NUNES, 2000, p. 44).

Posteriormente, no ano de 1931, com a Reforma Francisco Campos, o curso recebeu modificações, sendo que sua duração foi elevada para sete anos, dividido em dois ciclos (curso secundário fundamental com cinco anos e o curso complementar, com dois anos), além de uniformização nas ofertas espalhadas pelo país:

Conferiu um grau maior de organicidade a esse nível de ensino, ao estabelecer o currículo seriado, a frequência obrigatória e a exigência de diploma de nível secundário para o ingresso no ensino superior, medida já presente na Reforma de 1925, mas não implementada. A determinação do mesmo currículo, dos mesmos programas, bem como de métodos, critérios de avaliação e sistema de provas indica que estava em jogo a homogeneização do ensino secundário tanto no que se refere às escolas públicas e privadas, como na sua extensão nacional. Por decorrência, foram adotadas medidas complementares que pressionaram as escolas a adotar padrões de administração racionalizados e burocratizados, ou seja, a adaptação a um conjunto de normas baseadas em pressupostos científicos sobre como a escola deveria ser organizada. (ABREU, 2010, p. 293/294).

Com as mudanças do cenário nacional da década dos anos de 1940, uma série de aprovações de novos mecanismos legais destinadas a educação, alteraram de a formatação do curso secundário, uma vez que adquire ramificações e especificidades, sobretudo, para dar conta do momento econômico e industrial pelos quais passava o país:

A Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, ao lado de outras leis orgânicas que regularam os ensinos industrial, comercial, agrícola e normal,

reestruturou o ensino secundário num primeiro ciclo, chamado de ginásio (secundário, industrial, comercial e agrícola) e num segundo ciclo subdividido em clássico e científico. Esse último ciclo, que na Reforma Francisco Campos estivera subdividido em três, passava a constituir-se em dois cursos que não apresentavam do ponto de vista curricular qualquer caráter de especialização. O ensino secundário continuaria, portanto, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, um curso de cultura geral e de cultura humanística, com o mesmo sistema de provas e exames previsto na legislação anterior, mantendo a seletividade que seria colocada em xeque pela demanda social, sobretudo nas décadas de 50 e 60 do século XX. (NUNES, 2000, p; 45).

Aqui, é preciso fazer uma pequena observação vinculada aos cursos primário e secundário. Ao se estudar a trajetória do ensino secundário no país, principalmente a partir dos anos de 1930, é preciso considerar a instituição dos ritos de passagem do ensino primário para a fase posterior, estabelecidos por espécie de divisor de águas, cujo principal fator foi a criação e implantação do Exame de Admissão:

O exame de admissão ao ginásio foi instituído em 1931, pelo Decreto nº 19.890, de 18/04/31, que reformou o Ensino Secundário, perdurando oficialmente até 1971. Para o ingresso no primeiro ano ginásial, estabeleceu as seguintes condições: o candidato deveria ter idade mínima de 11 anos; ser aprovado em exame e ter classificação suficiente, isto é, o número de vagas na instituição de ensino deveria bastar para que pudesse efetuar a matrícula; a inscrição só poderia se realizar mediante requerimento, atestado de vacinação antivaricelosa e recibo de pagamento de taxa de inscrição, além de ser limitada a um único estabelecimento de ensino (arts. 18 a 23, do Decreto nº 19.890, de 18/04/31) (MINHOTO, 2008, p. 451).

Tais exames tinham aspecto de averiguação de aquisição de conhecimentos pelas crianças brasileiras, que postulavam a continuidade dos estudos. Para tanto, lançavam-se mão de procedimentos variados como os cursos preparatórios, edições de livros com os conteúdos dos exames, nem sempre acessíveis pelos seus altos custos. De fato, o exame tinha o status de ingresso equivalente ao que existe nos tempos atuais, acerca do vestibular. A aprovação dava certa reputação aos alunos e suas famílias, embora a reprovação fosse alta, o que acabou gerando a disseminação de cursos preparatórios, caros e exigindo somas consideráveis das famílias, o que por certo impossibilitava os alunos pobres de frequentá-los.

Retomando a questão da linha do tempo que estamos, aqui, procurando demonstrar, os mecanismos legais sejam eles reformas, decretos ou leis, tiveram o seu percurso marcado pelas chamadas leis de diretrizes e bases. A primeira delas, ou seja a

Lei 4.024/61, manteve em seus pressupostos o entendimento de que o curso secundário era uma sequência ao primário e etapa intermediária ao superior:

Sancionada em dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu título VII, referente à educação de grau médio, diz no Art. 33 que “a educação de grau médio, em prosseguimento a ministração na escola primária, destina-se à formação de adolescente”. No Art. 34 coloca no mesmo plano de igualdade o curso secundário, os cursos técnicos e os pedagógicos. (SANTOS, 2010, p. 10).

De qualquer modo, no decorrer das décadas republicanas, sobretudo a partir dos anos de 1940, verificou-se um crescimento de ingresso e matrículas de alunos no então ensino secundário, conforme apontam estudos e pesquisas mais recentes.

Anos	Cursos				
	Secundário	Comercial	Industrial	Agrícola	Normal
1945	237.695	56.570	16.531	659	19.533
1950	406.920	76.455	19.436	2.099	33.436
1960	991.391	194.124	26.850	6.850	93.600

Fonte: Nunes, 2000, p. 45.

A segunda reforma da legislação (1971) ocorrida dez anos após a primeira LDB, foi aprovada num cenário político um tanto quanto conturbado, uma vez que o país já se encontrava sob direção dos militares. Uma preocupação que já se registrada a décadas era o cenário industrial e a preocupação de formação de mão-de-obra para atender ao mercado, além de ampliar a duração do ensino básico para oito anos:

A Lei n. 5692/71 fixou, nesse período, as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, em âmbito nacional. Ela apresentava dois pontos fundamentais: em atendimento à Constituição de 1967, indicava a escolaridade obrigatória dos 7 aos 14 anos, mas vinculava essa obrigatoriedade ao ensino de 1º grau (8anos), constituído na junção dos antigos primário e ginásio; e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ou 2º grau. (SANTOS, 2010, p. 11).

Em rápidas pinceladas, procuramos registrar, aqui, as principais mudanças envolvendo, em termos gerais, o ensino secundário no Brasil, mas ressaltamos que muitos fatores que influenciaram os mais diversos momentos a sua trajetória.

A despeito do crescimento vertiginoso nos últimos anos das pesquisas no campo da história da educação, elas ainda são reduzidas em determinados temas ou objetos. Por exemplo, em termos de Mato Grosso do Sul/Mato Grosso o que se tem produzido não abarcam a totalidade de nossas instituições, modalidades de ensino, acolhimento da infância e juventude nos mais diversos espaços. Dito de outra forma, ainda existem temas/objetos pouquíssimos explorados pelos pesquisadores. Os ginásios são um exemplo disso, quase nada sabemos desses cursos ou instituições escolares, que acolheram a juventude mato-grossense pelos idos dos anos de 1940, 1950, 1960 no mais diversos cantos e recantos do estado. Sabe-se por dados empíricos que além da oferta pública esse acolhimento de jovens, também ocorreu nos espaços das chamadas escolas católicas, sobretudo, daquelas mantidas por salesianos e franciscanos, entre outros.

Outro aspecto importante a ser analisado durante a oferta deste ensino secundário é a constituição do currículo destinado a esta educação. Para muitos houve como aponta Souza (2009) um grande debate a respeito deste currículo, tendo em mente um currículo humanista se teve aqueles que o defendiam e outros que eram contrários a este tipo de educação.

O debate entre estudos literários e científicos no ensino secundário brasileiro iniciou no século XIX. No entanto, durante todo o Império manteve-se a preponderância do currículo humanista caracterizado pela primazia do ensino das línguas clássicas (Latim e Grego) e das línguas modernas – Português, Francês, Inglês, Alemão, Italiano – e, outras disciplinas de humanidades como Filosofia, História e Geografia. Essa situação começou a ser abalada no início da República e intensificou-se mais a partir da década de 1920 quando vários intelectuais e educadores, defensores da renovação educacional, posicionaram-se favoráveis à remodelação da escola secundária adequando-a as necessidades da sociedade moderna, o que implicava a defesa da ampliação dos estudos científicos nos programas, alterações no número de aulas dedicadas aos estudos clássicos, a divisão do curso secundário em dois ciclos e sua adaptação às características do alunado. (SOUZA, 2009, p.74).

Toda essa temática levou a grandes discussões sendo veiculadas em toda a região e se mobilizaram nas opiniões de toda a população, vários fóruns de debates sobre a educação tiveram destaque em tais discursos.

Várias recomendações foram realizadas em relação à educação que deveria ser ofertada no país, deste modo Souza (2009) destaca as recomendações realizadas com efeito para o ensino secundário.

As recomendações específicas para o secundário apontavam diretrizes gerais para o ensino das disciplinas. Em relação aos estudos científicos, por exemplo, foi indicado o método experimental no ensino da Física, uma melhor seriação do ensino de História Natural, o desdobramento da cadeira de física e química e a restrição dos programas eliminando noções de geometria descritiva, geometria analítica e mecânica. No que diz respeito às humanidades, as proposições reafirmavam a manutenção do ensino obrigatório do Latim, a utilização do método direto no ensino das línguas vivas e o privilegiamento das leis que presidiam as relações entre o homem e a natureza no ensino de Filosofia. Havia ainda indicações para que o ensino do desenho fosse obrigatório no currículo do secundário, que a educação moral e cívica fosse dada em todas as oportunidades do curso associada também às noções de música prática e canto. Por último, a opção pela permanência do curso secundário sem divisões em ciclo-letras e ciclo-ciências como vinha sendo proposto na época. (SOUZA, 2009, p.74-75).

Mediante todas as mudanças se percebe a decadência dos chamados estudos clássicos levando-se em relação que no ano de 1915, pela reforma Carlos Maximiliano (Decreto n. 11.530, de 18/3/1915) o ensino da língua grega foi retirada do currículo, sendo assim o novo alvo das críticas passou a ser o ensino do latim, mesmo recebendo diversas críticas haviam aqueles que o defendiam.

Alguns argumentos utilizados para se manter este ensino humanístico proposto no secundário foram expostos, sendo um deles realizado pelo diretor do até então Colégio Pedro II e neste argumento Souza (2009) ressalta que.

No inquérito promovido pela Associação Brasileira de Educação em 1929, para subsidiar as discussões sobre a reforma do ensino secundário a serem travadas na III Conferência Nacional de Educação, algumas dessas posições foram expostas de modo veemente. Euclides Roxo, por exemplo, diretor do Colégio Pedro II, asseverava em prol da cultura humanista, a única, no seu ponto de vista, capaz de transmitir a cultura geral da nação às novas gerações. Esse mesmo argumento foi utilizado pelo professor Lindolfo Xavier, para quem o ensino do grego e do latim era fundamental para a preparação para o ensino superior. A propósito desse debate, a Congregação do Ginásio de São Paulo reafirmava a finalidade do secundário como sendo a da transmissão de uma sólida cultura geral tendo como eixo o ensino clássico. (SOUZA, 2009, p.76).

Já na década de 30 a Reforma Francisco Campos que buscava uma melhor organização da educação no país, faz com que os responsáveis por pensar a educação tomem uma posição com relação ao tipo de ensino e deixa clara a preferência por um ensino mais científico o que deixa inúmeras pessoas que eram contrárias a este tipo de ensino e defendiam a educação humanística extremamente incomodadas com a nova situação.

Comparações eram realizadas a todo momento, verificando-se assim que o secundário no Brasil confrontado a de outros países era insuficiente por não possuir o mesmo número de disciplinas e aulas. Em defesa da educação das humanidades padres e professores ressaltavam que primeiro se deveria cuidar da mente, formar a consciência ética no homem e assim dar continuação com as ciências, outras vezes diziam que o currículo do ensino secundário era voltado para a formação para o trabalho e caminhava para a decadência cultural dos jovens, como aponta Souza (2009).

A reforma deu ênfase ao estudo do Latim ensinado em todas as séries do curso ginásial enquanto as ciências foram relegadas apenas a duas aulas semanais nas duas últimas séries desse ciclo, conforme se observa no quadro abaixo. Nesses termos, a reforma Capanema pode ser considerada uma vitória dos defensores do currículo humanista, o último reduto da língua latina na educação secundária e da valorização da cultura geral como eixo central da formação da juventude. Vigente por quase duas décadas (entre 1942 e 1961), no período marcante de expansão contínua do ensino secundário no país, as gerações de estudantes que freqüentaram os ginásios e colégios brasileiros nas décadas de 1940 até meados dos anos 60, muitos deles provenientes da classe média e um número crescente de jovens pertencentes às camadas populares, tiveram contato não apenas com disciplinas e programas impregnados da cultura literária, mas com uma concepção de educação norteadas pelos valores do humanismo prevalentes na sociedade brasileira. (SOUZA, 2009, p.81-82).

A aparente vitória dos defensores do currículo humanista teve seu fim em 1961 com a criação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024/61) que organizava o ensino no país indicando as matérias obrigatórias a serem ministradas e séries. O Latim que foi um dos focos de todas as disputas se tornou uma matéria opcional sendo o derradeiro fim do debate a respeito do ensino humanístico.

2 OS GINÁSIOS DO BRASIL

Neste capítulo a intenção é proporcionar uma visão de algumas instituições que ofertaram o ensino secundário, caracterizando o tipo de ensino que estava sendo utilizado, suas dificuldades de implantação, o surgimento de instituições.

Para essa caracterização, apresento algumas instituições que tiveram grande importância no desenvolvimento de suas cidades e regiões, dentre vários Ginásios que ganharam nome e prestígio. Começo expondo o Colégio Pedro II que é um dos grandes focos de estudos sobre o ensino secundário. Estes Ginásios para poderem funcionar passaram por inúmeras situações que acompanhavam as novas organizações da educação no Brasil, uma delas é a equiparação com o Colégio Pedro II ou Ginásio Nacional (Período Republicano) este que foi um dos maiores e mais famosos serviu de base para a formação dos demais, dentre eles o Ginásio Paranaense, o Ginásio de Araraquara, e outros. Uma busca por mostrar como estava se expandindo o ensino secundário pelo Brasil antes de focar nossos olhos ao Sul de Mato Grosso que viria a se tornar o estado de Mato Grosso do Sul.

2.1 Colégio Pedro II

Em 1837 o Seminário São Joaquim é convertido em Colégio Pedro II, este situado em Rio de Janeiro, com o intuito de servir de modelo as outras instituições de ensino secundário do país, antes de tudo é importante destacar o conceito de ensino secundário para o período. Desta forma Zotti (2005) ressalta.

Conforme Silva (1969, p. 19), “literalmente, a expressão ensino secundário designa um grau ou nível do processo educativo, e, dessa forma, teria ela o significado de ensino médio, de segundo grau ou pós-primário”. Também, conforme o autor, educação secundária significa a fase do processo educativo que corresponde à adolescência, assim como a educação primária corresponde à educação da criança. É “nessa função de qualificativos de dois dos graus do processo de educação escolar, ou melhor, das escolas que realizam esses dois graus do processo de educação, se usaram inicialmente os termos primário e secundário” (p.19). Isso tem origem na França no período da Revolução. Após, também na França, é que os termos ganham um sentido restrito, passando a associarem-se a tipos específicos de ensino, deixando de significar meros graus da educação. Então, o ensino secundário, como tipo de ensino, corresponde aquele ministrado em instituições que, no Brasil, “têm sido chamadas de colégios, liceus, ginásios, institutos, ateneus e, cujo currículo tem concretizado uma conciliação, [...], entre a tradição pedagógica anterior do século XIX e as novas condições e necessidades do mundo moderno” (SILVA, 1969, p.198, apud ZOTTI, 2005, p.30).

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, grandes contribuições aconteceram como o próprio surgimento de diversas instituições de educação que tentavam suprir a necessidade da família real e toda sua corte. Uma destas contribuições é o próprio Colégio Pedro II. Em 1822 com a ruptura do pacto colonial, a colônia Brasileira passa a ser influenciado por novas ideias. Como aponta Zotti (2005).

[...] Pela primeira vez, a educação no Brasil, passa a responder às necessidades imediatas e reais do Estado, com a criação de cursos superiores, que tinham por objetivo a formação de profissionais liberais, através da organização de cursos isolados com objetivo profissionalizante. Por outro lado, os demais níveis de ensino, primário e secundário, continuam esquecidos. Esse é o início das propostas defendidas e aplicadas por Pombal, em Portugal, já em meados do século XVIII. Contudo, o interesse pelo ensino superior deixa claro que a tradição da educação aristocrática, que vinha da colônia, continua central. Nesse sentido, o ensino secundário que é composto pelas aulas régias, mantém as características do período jesuítico (ZOTTI, 2004, apud ZOTTI, 2005, p.34).

No ano de 1890 o então Colégio Pedro II é transformado em Ginásio Nacional como afirma Menegheti (2012) sendo assim chamado durante o período da primeira república perdurando até o ano de 1911 quando volta a se denominar Colégio Pedro II, ao apresentar as características do ensino secundário para o período em questão. Os estudos previam uma duração de sete anos e continham as disciplinas obrigatórias, sendo uma exceção, a língua a ser estudada sendo escolha entre o Inglês e o Alemão, sobre os exames a autora aponta.

Eram previstos vários exames nesta época para conseguir o certificado de conclusão do secundário, exame de suficiência com periodicidade anual, finais referente as disciplinas que não tivessem continuidade no ano seguinte e de madureza realizado após aprovação em todos os exames finais [...] (MENEGETI, 2012, p.5).

Ainda relata sobre a legislação que previa. “[...] os exames finais e o de madureza poderiam ser prestados por alunos de outras instituições ou por aqueles que tivessem recebido ensino doméstico.” (VEIGA, 2007, p. 250, apud MENEGETI, 2012, p.5).

Ao final do período da primeira república a situação no Brasil era precária ao se tratar do ensino secundário. Eram poucas as instituições que ofereciam o ensino secundário, e destas poucas vagas, a minoria cursava esta educação. Vale lembrar que

desde o início de sua criação, o ensino secundário no país tinha por objetivo a formação da elite brasileira para depois ingressar no ensino superior, que por sua vez, também era muito precário devendo formar a elite para a ocupação dos cargos mais importantes. O sistema educacional brasileiro achava-se, como afirma Menegheti (2012), da seguinte forma.

[...] na década de 1920 o sistema educacional no Brasil encontrava-se na seguinte situação: o ensino primário destinado a uma pequena parcela da população; o ensino médio estadual tinha boa aceitação nas escolas normais e vocacionais femininas (representando oportunidades de educação as mulheres) e de péssima qualidade às escolas vocacionais masculinas como o intuito de qualificar os operários; o ensino secundário acadêmico na esfera federal e o superior em tímida expansão por meio da iniciativa privada (MENEGHETI, 2012, p.4).

Como uma forma de controlar o ingresso da população ao ensino secundário, teremos a criação dos exames de admissão. Estes foram geradores de uma grande barreira para aqueles que pretendiam dar continuidade em seus estudos e ingressar ao ensino superior. Para a situação em questão Menegheti (2013) diz.

Inicialmente a função dos exames preparatórios era a seleção para ingresso no ensino superior e posteriormente caracterizaram-se como exame de conclusão de estudos secundários. Desta forma para requerer matrícula no Colégio Pedro II, segundo o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, também conhecido como Reforma Rivadávia Corrêa, que aprovou a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, o candidato se sujeitaria a um exame de admissão, que constava de prova escrita e oral da língua vernácula, rudimento da língua francesa, de geografia e de história do Brasil e aritmética elementar (MENEGHETI, 2013, p.13).

Em uma tentativa de padronizar a educação em todo o país, é realizada em 1931 a reforma Francisco Campos. A referida reforma tornou obrigatório em toda a região compreendida pelo país à realização dos exames de admissão. Assim Menegheti (2013) sobre o Decreto relata que.

A Reforma de 1931, Decreto nº 19.890 de 18/04/31, assinada por Francisco Campos então Ministro da Educação e Saúde Pública instituiu em caráter nacional esse exame de admissão ao Ginásio, que perdurou até a lei nº 5692 de 1971, reforma que integrou o ensino primário e o ginásio que passaram a ser denominados 1º Grau. Importante ressaltar que preferencialmente nos estabelecimentos públicos, até 1945, a legislação não exigia a formação primária para ingresso no ginásio, era exigido o certificado de aprovação nos

exames e classificação suficiente que estivesse dentro do número de vagas disponíveis, em qualquer curso ginasial (MENEGETI, 2013, p.14).

O Colégio Pedro II foi um grande marco para o ensino secundário, sua importância para os outros colégios foi tão forte que vários estudos, com o foco no ensino secundário, foram pautados em cima de seu modelo de educação. Outros Ginásios Estaduais para objetivarem a licença para o funcionamento tiveram que passar por inspeções que equiparavam seus moldes aos do tão consagrado Colégio Pedro II.

Não se pode buscar a compreensão do ensino secundário dentro de toda a região de nosso país sem buscar levantar primeiramente aquelas instituições que serviram de modelos para a criação e efetivação de tantas outras.

O Colégio Pedro II teve sua trajetória estudada não só por se tratar de um dos primeiros, mas também por servir de equiparação para outros Ginásios que abririam com o advento de novas instituições.

2.2 Ginásio Paranaense

No estado do Paraná vamos ter a presença de outro Ginásio, que buscava por sua vez equiparar seu currículo com o Colégio Pedro II. O mesmo, através do Decreto n° 4.468 de 1° de fevereiro de 1870 introduzia os exames de admissão para o ingresso ao colégio e o regulamentava pelo Decreto n° 981 de 1890. Na busca por essa equiparação dos estudos na região do estado do Paraná, o Ginásio Paranaense instituía os mesmos exames a partir do Decreto n° 3 de 1892.

Art. 217 – Haverá no Gymnasio Paranaense, depois dos respectivos exames e dos da Escola Normal, um exame de admissão para os candidatos à matrícula do 1° anno do mesmo Gymnasio. § 1° Este exame constará de: leitura, dictado, noções de grammatica portugueza, arithmetica prática até regra de tres, inclusive, morphologia geométrica e noções de geographia geral (PARANÁ, Decreto n° 35/1895, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.4).

Em 1901 o Decreto n° 93 trouxe mais algumas mudanças e regulamentações para a educação pública e deixava assim os exames de admissão e esclarecia algumas dúvidas ainda presentes. Sobre os exames de admissão o Art. 189 orientava sobre as provas realizadas no Ginásio Paranaense.

Art. 189. Estes exames constarão de provas escriptas e oraes. As escriptas versarão: 1º sobre um ditado de 10 linhas impressas de portuguez contemporaneo; 2º sobre arithmetica pratica limitada ás operações e transformações relativas aos numeros inteiros e ás fracções ordinárias e decimaes. As oraes constarão de leitura de um trecho sufficientemente longo de portuguez contemporaneo, estudo sucinto da sua interpretação no todo ou em partes; ligeiras noções de grammatica portugueza e de arguição sobre arthmetica pratica nos referidos limites, systema métrico, morphologia geométrica, noções de geographia e historia do Brazil. Nas provas escriptas os candidatos deverão exhibir regular calligraphia (PARANÁ, Decreto nº 93/1901, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.5).

Em 1911 por meio da Lei Rivadávia, Decreto Federal nº 8.659, o Ginásio Nacional passa a se chamar Colégio Pedro II. A partir deste momento o Ginásio Paranaense passa a não se equiparar mais com o referido Colégio sendo assim uma nova regulamentação para o Ginásio Paranaense foi realizada na tentativa de voltar a se igualar ao Colégio Pedro II.

[...] Regulamento do Gymnasio Paranaense, o Decreto nº 542, de 29 de julho de 1915, o qual se referia aos exames de admissão, nos Artigos 40 e 41. O Artigo 40 instituía que o prazo para a abertura das inscrições ao exame de admissão seria a primeira quinzena de fevereiro. Na segunda quinzena, aconteceriam os exames. O Artigo 41 referia-se aos quesitos necessários para o requerimento à matrícula: idade mínima de 11 anos; atestado de vacinação e atestado médico para comprovar isenção de doença; atestado de bom comportamento; consentimento dos pais ou responsáveis; comprovante do pagamento da taxa (AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.5-6).

O Decreto nº 710 de 1915 nomeado como Código de Ensino do Estado do Paraná, criou escolas intermediárias. Estas com cursos de um ou dois anos como afirma Aksenén, Miguel (2013).

Art. 188º. O curso intermediario será de dous annos, valendo para a admissão á matricula no Gymnasio a aprovação em exame das materias do primeiro anno e para admissão á matricula na Escola Normal a aprovação em exame das materias do segundo anno (PARANÁ, Decreto nº 710/1915, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.6).

E continua dizendo que.

[...] o Decreto nº 710, retirou a necessidade de exame de admissão ao ginásio, substituindo-o pela necessidade de aprovação nas matérias do 1º ano do curso intermediário. O Ginásio Paranaense voltou a ser equiparado ao Colégio Pedro II pela Portaria de 18 de agosto de 1917, por estar de acordo com os

requisitos exigidos no Artigo 14 do Decreto Federal nº 11.530 de 18 de março de 1915 (AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.6).

O Decreto Federal nº 11.530, que ficou conhecido como Lei Maximiliano, reorganizou o ensino secundário e superior na República, este acabou dando autonomia às instituições de ensino secundário. Ainda se mantinha os exames de admissão ao Colégio Pedro II.

Em 1930 ocorre a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que tinha como responsável Francisco Campos que publicou vários Decretos com a finalidade de reformar a educação dentre estes estão.

[...] o ensino superior (Decretos nº 19.851 e nº 19.852 de 11/04/1931), o ensino secundário (Decreto nº 19.890 de 18/04/1931) e o ensino comercial (Decreto nº 20.158, de 30/06/1931). Este conjunto de decretos ficou conhecido como Reforma Francisco Campos, a qual organizou o ensino secundário em dois ciclos: um fundamental, de cinco anos e outro complementar, de dois anos, visando à preparação para o ensino superior. Como parte dessa reforma, o Decreto nº 19.890 de 18/04/1931 tornou obrigatórios os exames de admissão ao ginásio para o ingresso em todas as instituições oficiais de ensino secundário do país. Portanto, legitimou o recrutamento de alunos e impôs barreiras institucionais de acesso ao ginásio, por meio destes exames (AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.7).

O que vinha a acontecer posteriormente era em nível nacional, no entanto, já era uma realidade vivenciada pelo Ginásio Paranaense. O Decreto publicado de Francisco Campos em seus Artigos 18 e 22 esclareciam informações sobre o período e conteúdos dos referidos exames de admissão, desta forma Francisco Campos instituía em todo o território Nacional a utilização dos exames de admissão sendo primeiramente utilizado no Colégio Pedro II e posteriormente difundido nas outras instituições do país. A instituição referente ao Paraná já havia em suas tentativas de igualar seu modelo de ensino ao Pedro II, adequado seus métodos ao que se iria propor através do Decreto acima, como a própria utilização dos exames de admissão que foram instaurados no Ginásio Paranaense a partir de 1892.

A Lei nº 4.024/61 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fez com que os Estados organizassem seus sistemas de ensino e mantinha os exames de admissão no Art. 36, o qual informava.

O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória

educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, Lei nº 4.024/1961, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.8).

No que diz respeito aos exames de admissão a Lei Estadual do Paraná nº 4.978, de 5 de dezembro de 1964 redigia o seguinte Art. 102.

Art. 102 – Aos alunos que concluírem a quinta série do ensino primário, em grupos e casas escolares, ou a quarta série em escolas isoladas, será permitida a inscrição em exame de admissão para o ingresso na primeira série, do 1º ciclo dos cursos de ensino médio (PARANÁ, Lei Estadual nº 4.978/64, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.8).

O parágrafo único do artigo 103 relatava algumas outras informações adicionais.

Parágrafo único – Ao aluno que houver concluído a sexta série primária, inclusive com aprovação em exame final das disciplinas obrigatórias da primeira série, do 1º ciclo do ensino médio, será facultado o ingresso na segunda série, do 1º ciclo de qualquer curso de grau médio, independentemente de exame de admissão (PARANÁ, Lei Estadual nº 4.978/64, apud AKSENEN; MIGUEL, 2013, p.8).

Em 1971 através da Deliberação nº 42/71 e a Lei Federal 5.692/71 foram estabelecidas novas normas para o ensino, chegando assim ao fim à utilização dos exames de admissão. Esta Deliberação fez com que o Ginásio Paranaense assim como tantos outros deixassem de utilizar tais exames.

Durante todo o processo de atuação do Ginásio Paranaense uma de suas características que se tornaram marcantes foi a necessidade a todo o momento de se igualar ao modelo do Colégio Pedro II. Parte por este ser considerado como um dos melhores sendo desta forma visto como igual se caso tivesse o mesmo modelo de ensino ou que fosse considerado melhor.

2.3 O Ginásio de Araraquara

No município de Araraquara a construção de seu Ginásio se inicia em 1911 com uma reunião entre os membros da Câmara. Nesta reunião extraordinária foi acordado que se começaria naquele mesmo ano a construção de um prédio com a finalidade de se instalar um Ginásio no município, como afirma Souza (2010).

Em 1911, a Câmara Municipal de Araraquara aprovou, em sessão extraordinária, a construção de um edifício para a instalação de um ginásio na cidade. O município arcaria com a doação do terreno e com os custos da construção (SOUZA, 2010, p.2).

Com a construção deste prédio finalizada em 1913 teve-se então a abertura de uma concorrência para a abertura do Ginásio, este aberto em 1914 seguindo a melhor proposta realizada pelos irmãos Lane.

Os irmãos, Rufus Lane e Job Lane, filhos de Horace Manley Lane, diretor do Mackenzie College em São Paulo, apresentaram a melhor proposta e o colégio começou a funcionar em 1914 oferecendo o curso primário e secundário recebendo a denominação de Araraquara College. A organização do colégio seguia as mesmas orientações da Escola Americana de São Paulo (SOUZA, 2010, p.2-3).

O prédio construído para receber as instalações do referido Ginásio, era considerado moderníssimo para a época. Souza (2010) ressalta como o município de Araraquara no período de 1908 há 1916 passou por grandes avanços e progressos por toda a cidade na busca pela modernização do local. No entanto, essas melhorias realizadas na cidade tiveram motivação política, devido à violência e impunidades que repercutiram pela mídia em todo o país, a cidade passou a não ter mais uma imagem tão positiva quanto gostariam. Desta forma, em 1908 um grupo político liderados por Bento de Abreu Sampaio de Vidal e Plínio de Carvalho começaram a realizar melhorias em toda a infraestrutura da cidade para atingir um patamar de cidade modelo em questões de avanços, tornando Araraquara uma cidade moderna.

Os irmãos Lane mantiveram o Ginásio até o ano de 1919 com a rescisão do contrato, sendo a partir deste momento mantido em funcionamento por uma associação formada, pelo Prefeito, o Presidente da Câmara Municipal, o presidente do Mackenzie College e outras eminentes personalidades da sociedade, esta associação recebeu o nome de Associação Escola Mackenzie de Araraquara, funcionando, como afirma Souza (2010), de 1920 há 1926, sob as orientações pedagógicas do Colégio Mackenzie de São Paulo. A manutenção do estabelecimento é transferida para o município em 1926, devido à várias dificuldades enfrentadas pela associação para manter a referida instituição, algumas destas dificuldades foi a diminuição do número de estudantes e as normas de equiparação do governo federal. A escola recebeu a denominação de

Gymnasio Municipal Mackenzie de Araraquara funcionando nos moldes do Colégio Pedro II.

Destaca-se também, como a criação dos Ginásios Estaduais estavam sendo utilizadas como um tipo de moeda de troca, visto que, há valorização do ensino público estava cada vez se tornando mais forte e a criação de mais instituições estaria diretamente ligado a formação da elite. Desta forma observamos que.

As representações em torno do Ginásio Oficial em Araraquara demonstram o prestígio atribuído na época às instituições públicas de ensino secundário. A conversão do Ginásio Municipal para Ginásio Estadual implicava em mudança de status da instituição. De fato, os três ginásios oficiais mantidos pelo governo estadual de São Paulo durante a Primeira República consolidaram-se como símbolos de excelência no ensino público paulista. Essas escolas formaram boa parte da elite política, econômica e cultural do estado. Assim, a oficialização do ginásio municipal revestia-se de um marcante significado político e social. Num momento político conturbado como o do início dos anos 30, do século XX, a criação de escolas secundárias públicas tornou-se uma moeda de troca preciosa no jogo político estabelecido entre o governo do Estado e o dos municípios. (SOUZA, 2010, p.5-6).

E assim em 1932 obteve-se a criação do Ginásio Estadual no município de Araraquara, no entanto, esta instalação oficial do Ginásio só foi possível mediante algumas exigências cumpridas.

O município doava ao Estado o prédio, o mobiliário, os materiais didáticos e se comprometia a continuar mantendo o ginásio por mais dois anos mediante a nomeação livre do corpo docente e funcionários administrativos, com exceção do diretor, cargo de nomeação do governo do estado. Em 29 de abril de 1932, o jornal O Imparcial noticiou a nomeação do professor Malvino de Oliveira, então delegado geral do ensino de Araraquara, para a direção do Ginásio Oficial. (SOUZA, 2010, p.8).

A oficialização do Ginásio Estadual de Araraquara foi muito comemorada pela população, no entanto vale ressaltar como esta felicidade durou pouco, após ser oficializado em 1932, logo no ano seguinte, em 1933, no início do determinado ano ocorre a desoficialização do mesmo, o que gerou dentro a população grande impacto.

Communico-vos que, por decreto nº 5.884, de 21/04/1933, foi revogado o decreto nº 5.408 de 4 de março de 1932 que tornava official o gymnasio de Araraquara. Em virtude disso, o gymnasio do Estado passou de novo para a municipalidade local, o que não traz para os alumnos nelle matriculados, prejuízo de espécie alguma quanto aos estudos e programma de curso, pois os seus direitos já estão assegurados pela equiparação deste gymnasio ao

Colegio Pedro II. Perdemos, não resta dúvida, as vantagens que o gymnasio, sendo do Estado, poderia proporcionar aos araraquarenses, principalmente no terreno econômico, vantagens estas que foram, em parte, compensadas pela subvenção de 100.000\$000, prevista pelo parágrafo 20 do art. 34 do decreto 5.885, que permitiria a este estabelecimento, com uma direcção criteriosa, efectuar uma reduçãõ considerável nas taxas a serem cobradas e melhor remunerar seus funcionários... Attenciosas saudações. Malvino de Oliveira. Director. (COMMUNICADO..., 1933, p.1, apud, SOUZA, 2010, p. 9-10).

Vários estudantes se encaminharam para São Paulo reivindicar que a oficialização do Ginásio Estadual em Araraquara previsto pelo Decreto nº 5.408, de 4 de março de 1932, fosse novamente reafirmado. Após sua luta os estudantes terminaram seu protesto com a palavra de que teriam seus apelos ouvidos e com o compromisso aceito pelas autoridades educacionais de que voltaria a ser oficializado o mesmo. Oficialização está que só vem a ocorrer pelo Decreto nº 6.316, de 26 de fevereiro de 1934, sendo posteriormente transformado em Colégio Estadual pelo Decreto-lei nº 13.543, de 9/9/1943.

O município de Araraquara passava por uma grande modernização e por mais que possuísse grandes instituições para a escolarização de sua população, a grande atenção era voltada para o Colégio Estadual de Araraquara, pois este era a única instituição de ensino secundário pública, dentro do município.

As mudanças não param e no ano de 1950 o referido Colégio passa a ofertar o curso normal sendo assim denominado como Colégio Estadual e Escola Normal de Araraquara e no mesmo ano ganha o nome de Bento de Abreu, como uma homenagem ao homem, Bento de Abreu Sampaio Vidal, que durante todo o processo de escolarização da cidade e trajetória construída pela instituição, foi um dos grandes defensores, lutando pelo desenvolvimento do ensino secundário em Araraquara.

O ensino secundário na cidade de Araraquara tem uma grande influencia na formação das elites, o que não era um caso isolado para a região. Podemos notar que no período estudado nas mais diversas localidades a grande maioria tinha como característica a formação das grandes elites que iriam ser os dirigentes do país, estes alunos se tornariam nossos políticos, aqueles que estavam se formando para a liderança. O que não podemos esquecer é, de, destacar o caráter humanístico que o ensino secundário possuía sendo difundido para as classes médias muito depois de já estar abarrotado dos estudantes filhos de classes mais abastadas.

Para a cidade de Araraquara o ensino público foi uma ferramenta para a classe média lutar por uma melhoria na sua qualidade de vida.

2.4 Os Ginásios de Santa Catarina

No estado de Santa Catarina vamos observar que o foco das primeiras instituições era a formação da grande elite da região, em 1892 é criado o Ginásio Catarinense no entanto sua criação passa por momentos conturbados devido as tenções que ocorriam no momento pela guerra civil. O Ginásio em questão não consegue se configurar com êxito como instituição pública de ensino secundário uma vez que, não obteve a equiparação ao Ginásio Nacional, sendo em 1905 oprimido e entregue a Companhia de Jesus e por meio deles se tornando o único estabelecimento de educação pública como afirma Dallabrida e Carminati (2007).

Até o final da década de 1920, o colégio dos jesuítas – que também se chamaria Ginásio Catarinense – foi o único estabelecimento de ensino secundário oficializado em Santa Catarina, provocando uma hiperelitização média que habitava e preparava para o ingresso nos cursos superiores. Tratava-se de um colégio privado, católico e destinado somente para adolescentes do sexo masculino, sendo a grande maioria deles oriunda das classes abastadas, particularmente no seu internato, devido ao alto preço das mensalidades. Até meados do século XX, o Ginásio Catarinense foi uma instituição formal das elites, pois o seu escopo era sobretudo preparar os futuros dirigentes. (DALLABRIDA, 2001, apud, DALLABRIDA, CARMINATI, 2007, p.16).

Podemos perceber que o estado de Santa Catarina possuía forte influência da Igreja Católica, e seu ensino estava permeado por essa influência. Outra grande questão é o público que frequentava estes estabelecimentos de educação que em sua maioria era parte da elite dominante.

A influência religiosa da Igreja Católica sobre o sistema de ensino catarinense passa a ser derrubado em 1920 com a criação de outras instituições como o Ginásio José Brasilício criado em 1928, na cidade de Florianópolis e o Instituto Bom Jesus, fundado em 1929, na cidade de Joinville.

Com o fracasso do ensino secundário público proporcionado pelo Ginásio Catarinense, todas as outras instituições sendo elas de cunho confessionais ou de outras com um sistema laico, todas partilhavam de uma mesma característica que era o sistema privado.

Dallabrida e Carminati (2007) explicam esta situação dizendo que.

[...] Essa situação se deveu em grande parte à assinatura de um contrato entre a Sociedade Literária Padre Antônio Vieira e o Governo do Estado de Santa Catarina, em que este concedia o status de “instituto estadual ou oficial” ao Ginásio Catarinense dos padres jesuítas e se comprometia a não abrir nenhum “ginásio oficial” no território catarinense por vinte e cinco anos (Termo, 1920, PP. 285-87). Esse contrato entrou em vigor em 1º de janeiro de 1921, de maneira que, até 1946, estabeleceu-se a privatização absoluta do ensino secundário em Santa Catarina. (DALLABRIDA, CARMINATI, 2007, p.17-18).

Vale-se lembrar que no período aqui exposto a educação feminina não possuía grandes espaços em rede nacional, sendo abertos a partir de 1930 em Santa Catarina a educação mista, inicialmente em três ginásios sendo eles o Ginásio Lagunense, o Instituto Bom Jesus e o Ginásio Barão de Antonina.

Em nível nacional Santa Catarina não estava assim tão distante da realidade do país com seu sistema elitista de educação. O ensino secundário no período era privatizado em sua grande maioria e isto favorecia a classes abastadas que eram as únicas que possuíam meios de oferecer a seus filhos este tipo de educação.

Santa Catarina se destaca pela forte influência que sofria por parte da Igreja e por ter seu sistema de ensino secundário por tanto tempo nas mãos das grandes elites dominantes.

As lideranças de Santa Catarina, do Partido Republicano Catarinense e do clero romanizado da Igreja Católica (Dallabrida, 2005) firmavam alianças que consagravam suas ações pela aparente aprovação da sociedade e instituíam toda uma maneira de ser e estar na capital do Estado, influenciando, também, o sistema de ensino, em especial de ensino secundário. (DALLABRIDA, CARMINATI, 2007, p.239-240).

A fragmentação que se tinha no ensino secundário no período imperial era a principal procura de superação de Santa Catarina. A equiparação com o até então Ginásio Nacional era o grande desejo de toda a elite catarinense. Sendo assim o Ginásio Catarinense foi a grande tentativa republicana de obter o status de possuir um ginásio equiparado em sua região.

O baixo número de matrículas proporcionava ao Ginásio Catarinense uma imagem bem negativa e não contribuía para a equiparação ao Ginásio Nacional como era o grande foco dos interesses das elites.

É neste contexto histórico de ensino que a educação no estado de Santa Catarina tem suas origens, mostrando como suas elites emergentes tentavam alcançar o mesmo tipo de ensino privatizado que as antigas elites imperiais obtinham.

3 O ENSINO SECUNDÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO

A análise proposta neste capítulo, busca a compreender como o ensino secundário foi construído e desenvolvido no até então estado de Mato Grosso, para tal utilizo de conceitos apresentados em Oliveira (2014), Marques (2013), Rocha (2010) e Britez (2014). Ressaltando as mudanças no cenário do estado antes e durante a primeira república.

A organização da educação no Estado de Mato Grosso passou por grandes complicações, como aponta Rocha (2010). Foi designado que cada estado, até então chamados de províncias, seria responsáveis pela organização da educação pública nos níveis primário e secundário. Para a província de Mato Grosso está situação se tornava problemática por não ter como custear esse ensino devido a Rebelião Cuiabana que fez com que a população, na busca por segurança, deixassem a província, diminuindo assim a coleta de impostos por Mato Grosso.

Com o Ato Adicional de 1834, o governo imperial delegou às províncias a regulamentação e a manutenção dos níveis primário e secundário da instrução pública. Mato Grosso, por encontrar-se numa situação financeira precária, não teve condições de desenvolver de imediatas ações no campo da educação (JACOMELI, 1998, p. 58 apud ROCHA, 2010, p.45).

Quando a situação da província estava começando a dar sinais de que poderia voltar a equilibrar a balança comercial se agrava ainda mais com o início da Guerra do Paraguai em 1864, Guerra está que colocou a província de Mato Grosso bem no centro do conflito e que foi, um dos mais prejudicados. O Brasil formava a chamada Tríplice Aliança com Argentina e Uruguai contra o inimigo em comum Paraguai. Sobre a situação em que a província se encontrava Rocha (2010) diz.

Entende-se que a queda orçamentária ocorreu no início da Guerra do Paraguai, que agravou o quadro político e econômico mato-grossense, ou seja, quando estavam se organizando para equilibrar a balança comercial da Província foram surpreendidos com a Guerra do Paraguai que desacelerou o desenvolvimento do país e principalmente de Mato Grosso, envolvido diretamente no conflito (ROCHA, 2010, p.45).

Em 1870, com o fim da Guerra, vamos ter a liberação da navegação sobre o Rio Paraguai, o que favoreceu ao desenvolvimento de Mato Grosso, os comerciantes agora

tinham uma nova forma de realizar seus trabalhos e venderem seus produtos em outras localidades mais desenvolvidas economicamente.

Embora durante todo este período Mato Grosso se encontrava em uma situação financeira complicada, em 1837 a lei Provincial nº 8 abria a possibilidade do ensino primário e secundário ser ofertado por escolas particulares sem ter a necessidade de uma autorização do governo. Já em 1875 a lei Regulamentar “acrescentava que a abertura de escolas ou colégios por particulares, somente poderia ocorrer mediante a autorização do governo estadual” (ROCHA, 2010, p.46).

Para o ensino primário o Decreto nº68 de 1896 estabelecia em seu artigo 55 que, as instituições públicas e privadas deveriam manter uma separação por gênero sendo assim nos locais de ensino do sexo masculino, somente meninos poderiam frequentar e as aulas seriam regidas por professores do sexo masculino e nas do sexo feminino somente meninas poderiam estudar, sendo acompanhadas por professoras normalistas todas do sexo feminino. Já para o ensino secundário o referido decreto não fazia distinção dentre os sexos ocasionando em salas mistas.

Vale lembrar que durante este período como aponta Rocha (2010) o ensino secundário era privilégio das capitais da maioria dos estados brasileiro e o estado de Mato Grosso não estava tão distante deste pensamento.

Artigo 53º - O ensino secundário continua a ser ministrado no Liceu Cuiabano, que tem por fim preparar a mocidade com a cultura intelectual indispensável para o regular desempenho de qualquer profissão, considerado como tal o exercício de empregos públicos, seja no magistério oficial, ou nas repartições administrativas do Estado (MATO GROSSO, 1896, p. 71 apud ROCHA, 2010, p.52).

Oliveira (2014) também ressalta a confirmação do Liceu Cuiabano como a instituição oficial do estado.

O Liceu Cuiabano tem sua origem, como aponta Oliveira (2014), em 1848 sendo consolidado em 1850, oficialmente estava pronto mais foi de fato implantado em 1880

O Liceu Cuiabano dentre os anos de 1916 há 1919 teve seu número de matrículas em constante oscilação em virtude da equiparação ao Colégio Pedro II, quando o Liceu era equiparado ao Colégio Pedro II o número de procura aumentava devido a este privilégio, no entanto quando não obtinha este feito tinha o número de discentes reduzidos.

3.1 O Ginásio Presidente Vargas de Dourados

A região habitada hoje pela cidade de Dourados teve sua origem em 1935 quando passa a ser oficialmente reconhecida como uma cidade e não mais como parte de outro município, como aponta Marques (2013).

[...] foi criado por meio do decreto estadual de nº 30 de 20 de dezembro de 1935. Até então, o município ainda pertencia a Ponta Porã. Hoje, é a segunda maior cidade do estado, sua população tem predominância nos espaços urbanos correspondendo a um total de 91,19% desta população que se concentram na zona urbana. (MARQUES, 2013, p.5-6).

Com relação ao seu contexto histórico referente à educação, temos alguns nomes de instituições que proporcionavam o ensino da região como o Ginásio Nossa Senhora da Conceição, a Escola Normal Nossa Senhora da Conceição e o Educandário Santo Antônio. No entanto, para o ensino público os indícios apontam que só a partir de 1940 que está parte da população ganha apoio para receber algum tipo de educação.

Devemos ressaltar como diz Marques (2013) que, além de ser garantido por um decreto a educação primária, os pais sofreriam uma multa caso os filhos não fossem matriculados na escola. Segundo Marques (2013, p.6) o artigo 38 “estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não freqüentes e comparecimento intermédio da autoridade policial”.

É neste contexto que vamos ter a criação do Ginásio Presidente Vargas criado pela Lei n.º 427, de 2 de outubro de 1951, iniciando suas atividades em 1955.

[...] iniciou suas atividades com quatro turmas do 5º ano ginasial e pelos registros das matrículas os alunos eram naturais de diversos estados brasileiros, como por exemplo, Ceará, Bahia, Minas Gerais Alagoas, Paraná, Pernambuco, São Paulo e do estado de Mato Grosso-Uno, sendo que a maioria dos alunos era oriunda dos dois últimos. De acordo com o livro de matrículas, no primeiro ano havia 106 alunos e em 1959 com uma turma do 6º ano. Outro fator de destaque é que muitos eram japoneses, e o que provavelmente justifica este fato é que houve dois grandes momentos de imigração na cidade de Dourados e região, um em 1947 e em 1953. (MARQUES, 2013, p.10).

Podemos ressaltar como a criação deste Ginásio foi importante para o desenvolvimento do ensino secundário no município e para o Sul de Mato Grosso que viria a se tornar o atual Estado de Mato Grosso do Sul (11 de Outubro de 1977). A

arquitetura do prédio era considerada bem moderna para o período e hoje é um dos Colégios públicos mais antigos da cidade de Dourados.

Falar das instituições escolares da época é também realizar um estudo sobre toda a história de uma cidade, toda educação está ligada ao desenvolvimento dos locais em que estão situadas as suas estruturas.

Podemos ver isto não somente na cidade de Dourados como também já foi mostrado na cidade de Araraquara.

3.2 O Ginásio Osvaldo Cruz de Campo Grande

Um dos Ginásios de grande importância no Sul de Mato Grosso foi o Ginásio Osvaldo Cruz, localizado na cidade de Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul. Os primeiros moradores da região chegaram ao local em 1872 como afirma Rocha (2010) e depois se expandindo com fazendas ao longo das décadas de 1880 e 1890. Campo Grande estava em processo de organização e estruturação até 1910 quando deixa de ser classificada como vila e ganha a denominação de cidade.

No início da década, Campo Grande era uma simples vila, como foi retratado acima, porém nos fins da mesma década foi elevada a cidade, o que em pouco tempo a colocaria entre as três principais cidades de Mato Grosso, ou seja, tendo a frente apenas Cuiabá (capital) e Corumbá (cidade portuária) (ROCHA, 2010, p.60).

Com relação à educação, em 1895 o crescimento de Campo Grande estava acelerado e as crianças aumentavam, neste contexto que foi então implantado a primeira escola pública em um prédio alugado. Em 1917 é implantado em Campo Grande o Instituto Pestalozzi que em 1927 passa a se chamar “Gymnasio” Municipal de Campo Grande, sendo equiparado ao Colégio Pedro II, este já descrito no capítulo anterior como um dos grandes marcos da educação brasileira. Em 1930 com a direção sendo assumida pelos Padres Salesianos o Ginásio passa a se chamar “Gymnasio” Municipal Dom Bosco, e depois, Colégio Dom Bosco.

O Ginásio Osvaldo Cruz tem sua origem em 1923 e tem sua trajetória ligada a outra instituição como aponta Rocha (2010).

Outra instituição de ensino que foi criada na década de 1920, mais precisamente em 1923, foi o Instituto Rui Barbosa pelo professor Luís Alexandre de Oliveira, mas este estabelecimento de ensino, que oferecia somente o primário, não prosperou e fechou as portas. [...] ele foi a semente do Instituto Osvaldo Cruz (ROCHA, 2010, p.68).

O Ginásio Osvaldo Cruz, assim como muitos outros, iniciou suas atividades em um prédio alugado, prática comum do período. Desta forma o Instituto Rui Barbosa volta a reabrir as portas, com outra denominação, como Rocha (2010) traz.

Nesse contexto, o Instituto Rui Barbosa, foi reaberto com a denominação de Instituto Osvaldo Cruz (GINÁSIO OSVALDO CRUZ, 1939), durante a vigência da Reforma Rocha Vaz (1925), a última instituída na Primeira República. Esta regulamentava que os estabelecimentos particulares, assim como os ginásios públicos, deveriam seguir os parâmetros de organização administrativa e pedagógica do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) (ROCHA, 2010, p.71).

Reconhecendo que a população era predominantemente rural, o Instituto Osvaldo Cruz abriu as portas com caráter de Internato, possuía dormitórios, enfermaria, refeitório, entre outras acomodações que por sua vez estavam bem equipadas. Ressalta que este caráter de internato adotado pelo instituto “[...] foi o meio mais seguro encontrado, por exemplo, pelos fazendeiros e comerciantes para que seus filhos tivessem acesso e concluíssem o ensino secundário” (ROCHA, 2010, p.72).

Em 1929, passa pela inspeção ganhando o reconhecimento oficial e sendo a partir daí denominado de Ginásio Osvaldo Cruz, teve diversos diretores até chegar na década de 1930 onde entra sob o controle do sindicato dos professores e ficando em seu comando até 1934.

Ao longo da década de 1930, o sindicato dos professores assumiu o Ginásio Osvaldo Cruz. Infere-se que o sindicato dos professores passa a administrar o estabelecimento com o intuito de não permitir que seu espaço de trabalho fosse fechado. Até porque não existiam muitos estabelecimentos de ensino secundário para se lecionar na década de 1930 em Campo Grande. (ROCHA, 2010, p.73).

Com as novas condições para o funcionamento das instituições escolares previstas na Reforma Francisco Campos, o Ginásio Osvaldo Cruz passaria por uma vistoria para corresponder às exigências da legislação, no entanto poderia pedir prorrogação da inspeção.

Conforme mostra o Relatório de 1939, a direção do Ginásio Osvaldo Cruz solicitou, por mais de uma vez, que a inspeção preliminar fosse prorrogada, isto é, até 29 de julho de 1936 para organizar-se de acordo com a legislação federal. Para não correr nenhum risco, a diretoria antecedeu em oito dias o prazo do vencimento da última prorrogação e encaminhou um requerimento ao Conselho Nacional de Ensino, por meio da inspetoria geral de ensino secundário do Estado, solicitando a inspeção permanente ao Ginásio Osvaldo Cruz (ROCHA, 2010, p.74).

Em 1937 passa por uma reforma para cumprir a legislação, conforme afirma Rocha (2010).

O ensino comercial era oferecido somente em regime de externato, o que pode ter favorecido o reconhecimento permanente. No caso do curso ginásial oferecido também em regime de internato, este não havia cumprido, até aquele momento, os requisitos da legislação vigente. Desta forma, foi preciso fazer adequações no Ginásio Osvaldo Cruz para corresponder às exigências da legislação. (ROCHA, 2010, p.74).

Somente em 1944, após diversas adequações, é que a instituição passa pela inspeção e tem seu curso ginásial reconhecido “Art. 1. É concedido reconhecimento, sobe regime de inspeção permanente, ao curso ginásial do Ginásio Osvaldo Cruz, com sede em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso.” (BRASIL, 1944 apud ROCHA, 2010, p.77). Foi transformado, no ano de 1948, em Colégio Osvaldo Cruz, podendo assim ofertar as duas modalidades de ensino secundário previstas na Reforma Capanema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início da elaboração deste trabalho dentre as mais inquietantes questões levantadas, as mais fortes eram como se caracterizava a educação no Sul de Mato Grosso, levando-se em questão as dificuldades de acesso. De imediato conseguimos compreender a educação dando foco ao ensino secundário em âmbito nacional, verificando como este tipo de ensino foi construído e desenvolvido em outras regiões do país. Sabemos que dentre todas as instituições que ofereceram o ensino secundário ao seus alunos a mais importante de todas foi o Colégio Pedro II, este já criado com uma finalidade que por si só já o tornava o mais prestigiado, afinal foi criado para receber e dar instrução à corte e só após foi modificado e aberto a população, para a elite melhor dizendo. O Colégio Pedro II ou Ginásio Nacional no período da Primeira Republica, foi e, é ate os dias atuais uma das maiores referências ao se analisar o ensino secundário.

Não poderíamos deixar de contemplar o referido Colégio antes de passarmos a contemplar o Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Verificou-se que nesta região do estado houve poucas instituições que contemplassem esta etapa da educação no Brasil. Também ocorre que, em sua maioria, era de cunho particular deixando assim a população de classes menos favorecidas a mercê de uma falta de instrução educativa. Em suma, no início das pesquisas em relação a região sul do Estado ficou claro como as instituições escolares tinham de imediato a formação da elite, que viria a ser os novos governantes. Claro que toda educação foi pautada por decretos e leis que regulamentavam este tipo de ensino, mesmo a educação sendo um direito de todos, as dificuldades na implantação de instituições públicas era um dos empecilhos que atravancavam o caminho daqueles que buscavam por uma melhor condição.

Todo o desenvolvimento do Sul do estado foi de certa forma caminhando juntamente com as lutas pela emancipação de um Estado novo e o ensino secundário foi aos poucos chegando nas instituições da região, sendo inicialmente frequentado pela elite local, filhos de donos de fazendas, comerciantes e políticos.

Estas instituições, como todas as outras localizadas pelo país, não funcionavam isoladamente e tinham como referência a equiparação ao Colégio Pedro II, mecanismo este que era a condição para conseguir a licença necessária para poderem funcionar.

Ginásios como o Liceu Cuiabano enfrentaram problemas quando ora obtinham a equiparação e ora não, o Ginásio de Araraquara que passou a ter a condição de ser um

Ginásio Estadual, mais que em outro momento também se vê obrigado a lutar pela garantia de continuar com sua condição.

Toda instituição é ligada a modernização de suas respectivas localidades como mostra em Araraquara, e claro que o atual Estado de Mato Grosso do Sul não ficaria de fora como notamos em Campo Grande e Dourados.

Toda a criação do atual Estado de Mato Grosso do Sul passou por este processo de modernização em que suas instituições iam se construindo a medida que o desenvolvimento da região ia se concretizando.

A proposta deste trabalho foi a de contribuir como se deu este desenvolvimento desta etapa da educação, o ensino secundário, no Sul de Mato Grosso mediante as reformas e decretos que ocorriam em todo o país, tendo uma visão do ensino em outras regiões e depois as observando em nosso Estado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforado de. **A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 291-302, 2010. Editora UFPR.

AKSENEN, Elisângela Zarpelon. MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **Desvelando os exames de admissão ao ginásio na educação Paranaense.** Curitiba, 2013.

BRITEZ, Adriana Espindola. **A representação da educação secundária em Campo Grande nas fontes da historiografia regional e memorialística (1920-1960).** Campo Grande, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande, 2014.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. **A escrita da história: novas perspectivas** (Org.). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DALLABRIDA, Norberto. CARMINATI, Celso João. Orgs. **O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina final do século XIX meados do século XX.** Campinas, SP. Editora Mercado de Letras. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 6ª. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

MARQUES, Inês Velter. **História de uma instituição escolar de ensino secundário no sul de Mato Grosso: a escola Presidente Vargas de Dourados (1958-1971).** Universidade Federal da Grande Dourados, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013.

MENEGHETI, Patrícia. **Trajetória do ensino no Brasil: ensino secundário e o exame de admissão.** VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

MENEGHETI, Patrícia de Aguiar. **O exame de admissão e a seletividade na Escola Estadual Maria Constança Barros Machado (1942-1971).** Campo Grande, MS, 2013.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **A articulação entre o primário e o secundário na Era Vargas: crítica do papel do estado.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 03, p. 449-463, set./dez. 2008.

NUNES, Clarice. **O “velho” e o “bom” ensino secundário: momentos decisivos.** Revista Brasileira de Educação, maio/jun/jul/ago, 2000, n. 14.

OLIVEIRA, Stella Sanches de. **Implantação e organização do curso ginásial no Sul de Mato Grosso:** expressões de um projeto de modernização (1917-1942). Campo Grande, MS, 2014. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Centro de Ciências Humanas e Sociais/ Programa de Pós-Graduação em Educação.

ROCHA, Marcelo Pereira. **O ensino secundário no sul do estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais:** o Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949). Campo Grande, 2010. Dissertação (Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco.

SANTOS, Rulian Rocha dos. **Breve histórico do Ensino Médio no Brasil.** Anais Seminário “Cultura e política na Primeira República: campanha civilista na Bahia”, Universidade Estadual de Santa Cruz, 09 a 11/junho/2010.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária:** perspectiva histórica e teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v. 94.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A renovação do currículo do ensino secundário no Brasil:** as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960). Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.72-90. Jan/Jun 2009. ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org

SOUZA, Rosa Fátima de. **O ensino secundário e a formação das elites na morada do sol (Araraquara – SP, 1911 – 1950).** UNESP, Campus Marília. 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZOTTI, Solange Aparecida. **O ensino secundário no império brasileiro:** considerações sobre a função social e o currículo do Colégio d. Pedro II. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, p. 29 - 44, jun. 2005 - ISSN: 1676-2584